

**RESOLUÇÃO CMAS Nº 004/2018, DE 06 DE JULHO DE 2018.**

**SÚMULA: Aprova o Plano Municipal de Assistência Social, do município de Oeiras do Pará referente ao período de 2018 a 2021 e dá outras providências.**

O **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - C. M. A. S.**, do município de Oeiras do Pará - PA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), e pela Lei Municipal nº 392, de 9 de abril de 1997 (Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social), em consonância com o disposto na Resolução CMAS nº.: 003, de 17 de novembro de 2017 (Regimento Interno do CMAS):

**CONSIDERANDO** a função do CMAS como órgão deliberativo e de controle social da política pública da assistência social em âmbito municipal;

**CONSIDERANDO** as deliberações aprovadas na XI Conferência Municipal de Assistência Social de Oeiras do Pará;

**CONSIDERANDO** a deliberação da plenária, em reunião ordinária, realizada em 21 de junho de 2018, no Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Aprovar o Plano Municipal de Assistência Social, do município de Oeiras do Pará - PA, referente ao período de 2018 a 2021, na forma do ANEXO I desta Resolução.

**Art. 2º** Esta resolução entra em vigo na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Oeiras do Pará - PA, 06 de julho de 2018.



**TIAGO OLIVEIRA DE MORAES**

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social  
- CMAS



ESTADO DO PARÁ  
MUNICÍPIO DE OEIRAS DO PARÁ  
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS



ANEXO I  
PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2018-2021



# PLANO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

2018-2021

Oeiras do Pará  
2018



**PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ**

**DINALDO DOS SANTOS AIRES — Prefeito**

**JOÃO MONTEIRO — Vice Prefeito**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**MARIA BENEDITA CASTRO AMARO — Secretária Municipal de Assistência Social**

**COORDENAÇÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL (BÁSICA E ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE)**

**NAJARA MAYLA DO SOCORR VEIGA COSTA – Coordenadora da Proteção Social**

**CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS)**

**Miliane do Socorro Ferreira Oliveira - Coordenadora do CREAS**

**CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)**

**Nilma Duarte Pinheiro Amaro - Coordenadora do CRAS**

**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS**

**TIAGO OLIVEIRA MORAES — Presidente do CMAS**

## 1. IDENTIFICAÇÃO

<b>PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE OEIRAS DO PARÁ</b>	
Vigência: <b>2018-2021</b>	Período de elaboração: <b>abril à maio de 2018</b>
Responsáveis pela elaboração e sistematização: <b>Najara Mayla do Socorro Veiga Costa - Assistente Social, Mestre em Serviço Social, Políticas Públicas e Desenvolvimento (PPGSS/UFGA), Doutoranda em Serviço Social, Política Social e Trabalho (PPGSS/UFGA)</b>	

<b>Equipe de elaboração</b>	
<b>Nome</b>	<b>Cargo/ Função</b>
Arlene do Socorro Teixeira Cardoso	Psicóloga CRAS
Dhessyca Crislânne Oliveiraa Barbosa	Assistente Social (Equipe Volante do CRAS)
Gilberto de Jesus Alves Nogueira	Educador Social (SCFV)
Jaciléia Rodrigues Corrêa	Educadora Social (SCFV)
Jacinilda Pastana Cavalcante	Educadora Social (SCFV)
Jamarilse Pantoja da Silva	Assistente Social (CRAS)
Jânio Marcelo Castro Amaro	Técnico de Informática
Josemara Farias Vieira	Educador Social (SCFV)
Kllayne Souza Rodrigues	Assistente Social CREAS
Kelly MídiaVieira Monteiro	Psicóloga CREAS
Kelyton Hugo Coelho da Costa	Educadora Social (SCFV)
Maria Benedita Castro Amaro	Gestora SEMAS
Mayara Andrade Balieiro	Educadora Social (SCFV)
Marcela Sarges da Silva	Educadora Social (SCFV)
Najara Mayla do Socorro Veiga Costa	Assistente Social/ Coordenação de Proteção Social (Básica e Especial)
Nilma Duarte Pinheiro Amaro	Pedagoga/ Coordenadora do CRAS
Odéia Santos dos Santos	Educadora Social (SCFV)
Rosemir Balieiro Barbosa	Coordenador Bolsa Família
Rositany Almeida Corrêa	Pedagoga (Equipe Volante do CRAS)
Sámas da Silva Pereira	Educadora Social (SCFV)

Selma Castro Alves Ribeiro	Educadora Social (SCFV)
Teodora de Jesus da Costa Silva	Agente Administrativo do CREAS
Kelyton Hugo Coelho da Costa	Educador Social (SCFV)
Wallace Luiz Assunção França	Educador Social (SCFV)

## 2. APRESENTAÇÃO DO PLANO

O presente Plano Municipal de Assistência Social – PMAS, 2018-2021, apresenta o esforço de concretização da Política de Assistência Social no município de Oeiras do Pará, trazendo aspectos importantes, no que tange o campo dos direitos sociais. O plano apresenta a articulação do poder público e da sociedade civil comprometidos com a rede de proteção social do município buscando atingir os objetivos através da relação de parceria e compromisso social.

Este documento foi elaborado de maneira colegiada, pois é produto da colaboração da Gestão da SEMAS, da coordenação de Proteção Social Básica e Especial de Média, das Coordenações dos Centros, e os demais profissionais que atuam em Programas e Benefícios desenvolvidos no Município. Cabe ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, a função deliberativa sobre o mesmo. Espera-se que ao final dessa Gestão Municipal o Plano tenha cumprido as propostas apresentadas para o período.

Ressalta-se que na elaboração do Plano foram valorizadas as propostas da XI Conferência de Assistência Social realizada em agosto de 2017, proporcionando melhor desempenho na operacionalização dos serviços da Assistência Social.

Desta forma o PMAS é um instrumento de gestão, capaz de nortear, organizar e operacionalizar o Sistema Único da Assistência Social - SUAS, favorecendo a otimização dos recursos e dos investimentos, propondo novas estratégias de intervenção.

Atenciosamente  
Equipe de elaboração

### 3. ÓRGÃO GESTOR DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

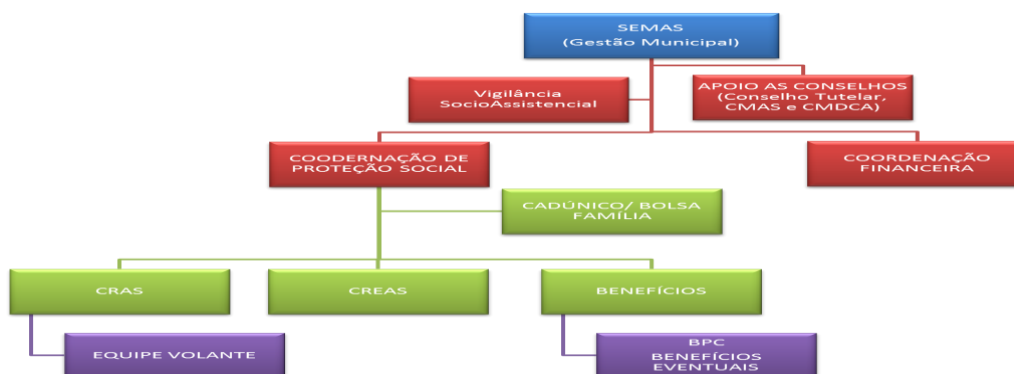
A Secretaria Municipal de Assistência Social instituída por meio da Lei 292/97 de 1997 que dispõe sobre a organização da Assistência Social e cria o Conselho Municipal de Assistência Social, é a instância gestora da Política de Assistência Social.

Os recursos das referida secretária são objeto do FMAS instituído pela Lei 386/96 de 14 de junho de 1996, responsável por captar e aplicar o recurso oriundo dos Fundo Estadual e Fundo Municipal de Assistência Social. Cabe ao município também destinar recursos a este fundo para custeio e pagamento de auxílio natalidade e funeral, mediante critérios definidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social, entre outros.

A SEMAS possui prédio próprio, no entanto este necessita de grandes reparos estruturais, por este motivo a referida secretaria funciona temporariamente na Av. XV de Novembro, Centro, Oeiras do Pará, em um espaço alugado.

Nome do órgão gestor	Secretaria Municipal de Assistência Social
Município	Oeiras do Pará
Endereço	Av. XV de Novembro, XX , Centro – Oeiras do Pará, CEP: 68470-000
E-mail	
Nível de Gestão	Gestão Básica
Porte do Município	Pequeno Porte II

Em 2018 visando organizar a estrutura política e administrativa da SEMAS, as ações administrativas e de planejamento da SEMAS passaram a possuir a coordenação de proteção social com objetivo de acompanhar as programas e serviços desenvolvidos, bem como organizou-se a coordenação financeira e vigilância socioassistencia, conforme organograma



### 3.1 Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Assistência Social

#### GABINETE

Nome do funcionário	Função
Maria Benedita Castro Amaro	Gestora
Jânio Marcelo Castro Amaro	Técnico de Informática

#### COORDENAÇÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL

Nome do funcionário	Função
Najara Mayla do Socorro Veiga Costa	Coordenadora

#### SETOR CADASTRO ÚNICO/ BOLSA FAMÍLIA

Nome do funcionário	Função
Ainda Jane do Carmo Costa	Assistente Social
Delbra dos Santos Oliveira	Serviços Gerais
Josivan Moraes Teles	Cadastrador do CadÚnico
Jovaldo Tavares de Lima	Cadastrador do CadÚnico
Johnny Yuri Amaro Barbosa	Cadastrador do CadÚnico
Maria do Carmo Gonçalves Ferreira	Recepcionista
Maria Goretti Prazeres Leão	Recepcionista
Maria José Vieira do Carmo	Recepcionista
Neurean Leite do Espírito Santo	Serviços Gerais
Robson De Sousa Veiga	Operador SIBEC
Romeu Cesar Machado De Moraes Coutinho	Cadastrador do CadÚnico
Rose Ribeiro Fontenele	Técnico de Informática
Rosemir Balieiro Barbosa	Coordenador CadÚnico/ Bolsa Família

#### CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)

Nome do funcionário	Função
Acenildo da Silva Navegante	Vigia
Alcimone Braga Melo	Serviços Gerais
Alzanira Pinheiro da Assunção	Recepcionista
Anderson Veiga Magalhães	Serviços Gerais
Arlene do Socorro Texeira Cardoso	Psicóloga CRAS
Cristielem Silva Alves	Serviços Gerais
Dhessyca Crislânne Oliveiraa Barbosa	Assistente Social (Equipe Volante do CRAS)
Elizana Maia da Cruz	Serviços Gerais
Elisa Marques Amaral	Educador Social (SCFV)
Gilberto de Jesus Alves Nogueira	Educador Social (SCFV)
Hamilton Warezze Bastos de Carvalho	Vigia



Isabel Soares Mendes	Serviços Gerais
Ivana Sueli de Oliveira	Agente Administrativo
Jaciléia Rodrigues Corrêa	Educadora Social (SCFV)
Jacinilda Pastana Cavalcante	Educadora Social (SCFV)
Jairo Ribeiro dos Anjos	Zelador
Jamarilse Pantoja da Silva	Assistente Social (CRAS)
Josemara Farias Vieira	Educador Social (SCFV)
Jorgina Melo de Souza	Serviços Gerais
Joelson Alves dos Santos	Vigia
Kelyton Hugo Coelho da Costa	Educadora Social (SCFV)
Leonice do Socorro Melo Batista	Agente Administrativo
Luzomar Soares Ribeiro	Vigia
Lucicleia Farias dos Santos	Recepcionista
Maria de Jesus Cardoso Alves	Recepcionista
Maria do Socorro Pinto	Serviços Gerais
Mayara Andrade Balieiro	Educadora Social (SCFV)
Marcela Sarges da Silva	Educadora Social (SCFV)
Nilma Duarte Pinheiro Amaro	Pedagoga/ Coordenadora do CRAS
Odéia Santos dos Santos	Educadora Social (SCFV)
Rositany Almeida Corrêa	Pedagoga (Equipe Volante do CRAS)
Sámas da Silva Pereira	Educadora Social (SCFV)
Selma Castro Alves Ribeiro	Educadora Social (SCFV)
Susilene Correa Viana	Educadora Social (SCFV)
Wallace Luiz Assunção França	Educador Social (SCFV)

CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
(CREAS)

Nome do funcionário	Função
Cleidiane Xavier	Serviços Gerais
Cleimison Pacheco Pureza	Vigia
Helem Márcia Gomes Soares	Recepcionista
Iraildes Ferreira Feliz	Serviços Gerais
Kllayne Souza Rodrigues	Assistente Social CREAS
Kelly MídiaVieira Monteiro	Psicóloga CREAS
Josyclei Ferreira Bentes	Vigia
Miguel Augusto Barbosa Leitão	Vigia
Miliane do Socorro Ferreira Oliveira	Pedagoga/ Coordenadora CREAS
Silas Carvalho Monteiro	Advogado
Teodora de Jesus da Costa Silva	Recepcionista
Theod Sotér dos Santos Miranda	Vigia

#### 4. CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Oeiras do Pará, foi instituído através da Lei nº 292/97 de 1997, instancia colegiada de caráter permanente, deliberativo e paritário entre governo e sociedade civil. Espaço onde se efetiva a participação popular no processo de gestão político-administrativo-financeiro e técnica operativa, com caráter democrático e descentralizado. Além de normatizar, disciplinar, acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de Assistência Social, prestados pela rede socioassistencial.

A partir das diretrizes propostas pelo Regimento Interno do município, o CMAS vem cumprindo seu papel de órgão deliberativo e fiscalizador para tanto realizar reuniões ordinárias mensalmente. Entre suas ações destacam-se:

- Participações em capacitações e reuniões ampliadas.
- Acompanhamento da elaboração, discussão avaliação e aprovação do Plano Municipal de Assistência e do Relatório de Gestão.
- Análise da prestação de contas dos recursos aplicados no FMAS para emissão de parecer.

##### 4.1 Composição do CMAS

<b>Nome do presidente</b>	<b>TIAGO OLIVEIRA MORAES</b>
<b>Número de conselheiros</b>	<b>10 titulares/ 10 suplentes</b>
<b>Endereço</b>	
<b>Email do CMAS</b>	
<b>Secretária-executiva CMAS</b>	
<b>Representante</b>	
<b>ALDECIANE CARVALHO SARGES</b>	<b>TITULAR</b>
<b>AINDA JANE DO CARMO COSTA</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>FRANILCE ANDRADE AMARO</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>JEFERSON NAY PEREIRA GALVÃO</b>	<b>TITULAR</b>
<b>JOVALDO TAVARES DE LIMA</b>	<b>TITULAR</b>
<b>MARIA JUNILA LOPES ALVES</b>	<b>TITULAR</b>
<b>MARIA EDNA CARVALHO ANDRADE</b>	<b>TITULAR</b>
<b>MARINALDO DA SILVA VIEIRA</b>	<b>TITULAR</b>
<b>ROMEU CEZAR MACHADO DE MORAES COUTINHO</b>	<b>TITULAR</b>
<b>ROSIANE VIEIRA MACHADO</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>SANDRA ALFAIA CARDOSO</b>	<b>TITULAR</b>
<b>SELMA CASTRO ALVES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>SIDNEY DE SOUSA VEIGA</b>	<b>TITULAR</b>
<b>TIAGO OLIVEIRA MORAES</b>	<b>TITULAR</b>

## **4.2 Aprovação do Plano pelo Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS**

Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social. Após apresentação e análise, foi APROVADO, o presente Plano Municipal de Assistência Social, conforme ATA da reunião extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social realizada no dia 21 de junho de 2018 .

## **5 CONSELHO MUNICIPAL REFERENCIADO NESTA SECRETARIA**

Está secretaria também desenvolve apoio administrativo ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a Conselho Tutelar, assim, vale ressaltar o caráter autônomo e permanente desses órgãos.

### **5.1 Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)**

Até a aprovação deste PMAS o referido Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente estava em processo de recomposição.

### **5.2 Conselho Tutelar**

Nome
Benedito Max Costa Gaia
Carlos Santana Ribeiro
Cristiano do Socorro C. Wanzeler
Elizia de Assunção Soares Monteiro
Odair José da Silva

## **6 METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PMAS)**

Este plano foi elaborado em quatros momentos. O primeiro deu-se mediante a pesquisa documental para verificar as instrumentais que orientam as atividades da referida secretaria, assim buscou-se leis e decretos que orientam o funcionamento da secretaria de Assistência Social, planos programas e projetos que foram e que estão

sendo desenvolvidos pela referida secretaria e sua rede de proteção, decretos e portarias, bem como foram realizadas pesquisas em sites oficiais do Ministério de Desenvolvimento Social, IBGE entre outros.

No segundo momento foi realizada uma oficina de trabalho com os funcionários do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), gestão da SEMAS e coordenação do Castro Único/ Bolsa Família, para que construção deste Plano. O PMAS parte de duas premissas básicas: aprofundar o processo de afirmação da Assistência Social enquanto política pública e avançar no esforço da consolidação do sistema democrático e participativo no município, preconizado pela Lei 8.742/93 – LOAS.

A oficina aconteceu nos dias 30 de abril e 01 de maio de 2018, no CRAS, localizado na Travessa Honório Bastos, S/N, Santa Maria – Oeiras do Pará, com carga horária de 16 horas. O objetivo foi construir um plano de forma democrática que atendesse as formas democráticas de elaboração do referido instrumental.

Este plano também apresenta as propostas debatidas na XI CMAS, haja vista, que este espaço foi construído coletivamente e apresenta as ações propostas pelo poder público e sociedade civil para a Política de Assistencial Social no âmbito local.

Durante as oficinas foram construídos grupos de trabalho para discutir cada um dos elementos que estão na estrutura do plano. Bem como elaborar os textos que estão no corpo deste instrumental. Posteriormente, essas informações foram posteriormente sistematizadas pela coordenação de elaboração do plano e encaminhadas para a releitura dos responsáveis pela elaboração.

E o último momento foi apresentação da prévia do PMAS sociedade civil, para que a comunidade pudesse incidir sobre o plano e ainda propor informações e necessidades que pudessem enriquecê-lo.

Portanto, este plano é o resultado de que faz-se necessário, uma nova visão, centrada na participação democrática dos sujeitos de direito, encaminhando propostas e ações para a concretização da política da Assistência Social.

## **7 OBJETIVOS**

### **7.1 Objetivo Geral**

Fortalecer e Gestão, Serviços, Benefícios, Programas e Projetos desenvolvidos no âmbito da Política de Assistência Social por meio da Secretaria

Municipal de Assistência Social, ampliando, dessa maneira, a sua inserção na comunidade local.

## **7.2 Objetivos Específicos**

- Implantar mais um CRAS zona urbana e um Quilombola a partir das metas estabelecidas;
- Fortalecer o Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF), no Centro de Referência de Assistência Social;
- Ampliar os serviços sócio-educativos para crianças e adolescentes na faixa etária de 7 a 18 anos incompletos;
- Criar as ações de educação para o trabalho voltada a jovens de 18 a 24 anos;
- Desenvolver programas de inclusão produtiva e projetos de enfrentamento da pobreza;
- Fortificar Centro de Convivência à população idosa;
- Manter, monitorar e difundir os serviços de orientação e encaminhamento ao Benefício de Prestação Continuada;
- Garantir e fiscalizar dos benefícios eventuais a indivíduos em situação de contingências sociais temporárias;
- Ampliar os serviços da Proteção Social Especializada de Média Complexidade (Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida - LA, e de Prestação de Serviços à Comunidade - PSC; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua). Assim como complementar e direcionar a inter-relação entre a rede de assistência e os serviços da proteção social especializada.
- Capacitar Equipe Técnica, Conselheiros e demais profissionais da rede SUAS continuamente para atuar na execução de serviços, programas e projetos da assistência social;
- Potencializar os serviços ofertados pela rede socioassistencias;
- Monitorar as famílias através do Cadastro Único do SUAS;
- Criar mecanismos para a integração da rede SUAS nos projetos e campanhas da Assistência, assim como também suporte de parceiros públicos e privados;
- Valorizar os profissionais da Rede SUAS.

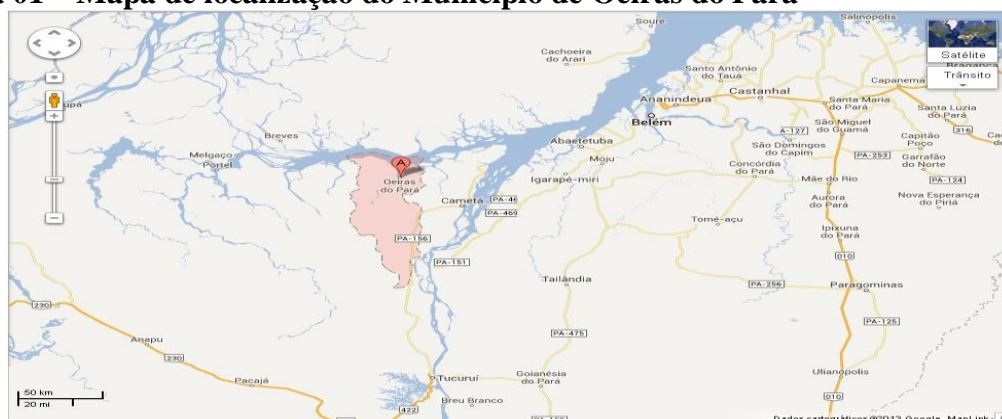
## 8 DIRETRIZES

- I - garantia dos princípios éticos de provisão dos direitos socioassistenciais;
- II - articulação entre a SMAS, demais políticas públicas, Sistema de Justiça e Sistema de Garantia de Direitos;
- III - sustentação da política municipal de assistência social no tripé proteção social, vigilância socioassistencial e garantia de direitos;
- IV - qualificação permanente;
- V – Matricialidade sociofamiliar, tendo a família como foco nas ações e serviços, promover estratégias para trabalhar a autonomia das famílias;
- VI - Fortalecimento de políticas de inclusão produtiva;
- VII - Respeito às diversidades e heterogeneidades territoriais, familiares e individuais;
- VIII – gestão democrática e participativa.
- XIX - Avaliação, monitoramento e controle das ações planejadas;

## 9 DIAGNÓSTICO LOCAL

Oeiras do Pará pertence à mesorregião Nordeste paraense, a Região de integração do Tocantins e a microrregião de Cametá, possui área territorial de 3.852 km<sup>2</sup>. Limita-se ao norte com o rio Pará, a oeste com Bagre, ao sul com os municípios de Mocajuba e Baião e a leste com Limoeiro do Ajuru e Cametá.

**Figura 01 – Mapa de localização do Município de Oeiras do Pará**



**Fonte:** <https://maps.google.com.br/oeirasdopara>

O município, classificado como cidade ribeirinha da região amazônica, boa parte de sua organização social e econômica atrelada ao rio e ao que ele representa enquanto via de circulação de pessoas e mercadorias, além de ser fonte de sobrevivência de grande parte das famílias (COSTA, 2013).

Oeiras do Pará possui os seguintes índices: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – IDH (IDH-M: 0,650. IDH-M Educação 0,770 IDH-M Longevidade 0,700 IDH-M Renda 0,490).

Neste sentido, para compreender construir um diagnóstico local, serão apresentados dados populacionais, infraestrutura urbana e habitacional, saúde, educação, mercado de trabalho e renda, programas e benefícios sociais.

### 9.1 Aspectos populacionais

Segundo o Censo do IBGE (2010), em 2010, a população era de 28.595 habitantes, com 11.432 na área urbana e 17.163 na área rural. Estes dados identificavam o município com características populacional predominantemente rural, ou seja, cerca de 60% da população moravam na área rural do município.

No entanto, embora a população rural apresente número maior, a população urbana cresceu de maneira significativa nas última três (3) décadas, principalmente se comparadas ao crescimento de pessoas na área rural. Como pode ser verificado na tabela 01 que apresenta os dados referentes à população segundo unidade domiciliar na área urbana e na área rural do município de Oeiras do Pará (Costa, 2013).

**Tabela 01 – População Segundo Situação da Unidade Domiciliar de Oeiras do Pará**

Anos	População (Hab.)	Urbana	Rural
1980	12.471	2.705	9.766
1991	18.792	4.958	13.834
1996	21.579	6.363	15.216
2000	23.255	7.980	15.275
2010	28.595	11.432	17.163

**Fonte:** IBGE

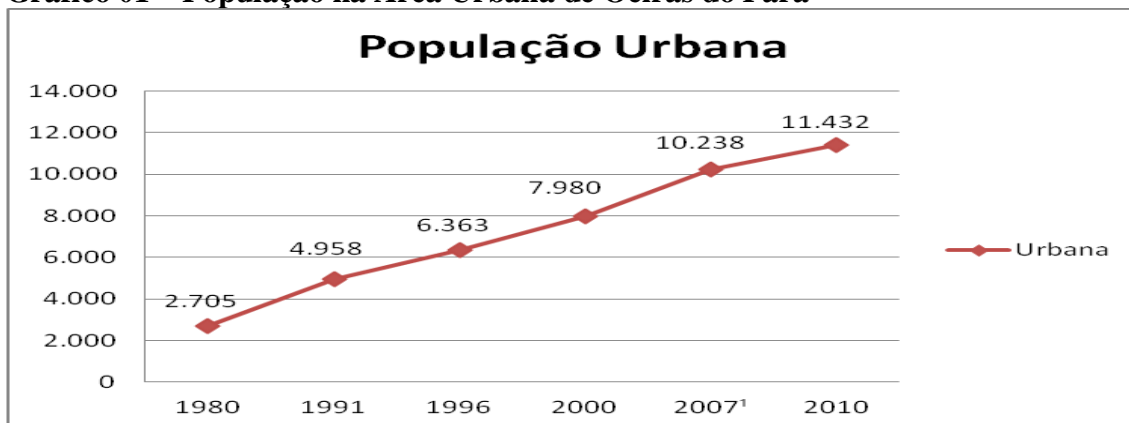
**Elaboração:** COSTA, 2013

Assim, de 1980 a 2010 o aumento da população total do município foi de 132,2%<sup>1</sup>, somente a população urbana aumentou 322,6% enquanto que a população rural cresceu 75,7%. Portanto, embora o número da população rural ainda seja maior em relação à população urbana, esta por sua vez cresceu de maneira desenfreada nas 3 (três) últimas décadas. Se comparada ao crescimento total da população, essa variação representa um crescimento três (3) vezes maior.

O crescimento da cidade incorpora espaços de contradição na ocupação desigual do solo urbano e de mecanismos de segregação impostos à classe trabalhadora, que passam a ocupar espaços desprovidos de serviços públicos de qualidade. Os trabalhadores na cidade têm aprofundada sua precária situação de vida e para atender as suas necessidades por moradia, ocupam loteamentos irregulares e outras formas de moradia insalubres (COSTA, 2013).

O gráfico abaixo representa o crescimento da população dentro da estrutura urbana da cidade.

**Gráfico 01 – População na Área Urbana de Oeiras do Pará**



**Fonte:** IDESP, 2012

**Elaboração:** COSTA, 2013

Como observamos no gráfico acima, o aumento da população na área urbana do município tomou fôlego principalmente entre nas décadas de 1980 e 1991 quando a população aumentou em 83,2%. Todavia este número foi aumentando gradativamente,

<sup>1</sup> Embora os dados apresentados estejam em valores reais, a análise será feita através de dados percentuais que foram obtidos através do cálculo de Variação Percentual, para melhor visualização das informações, conforme a fórmula (Variação % = [valor do final do período/valor do início do período X 100] – 100= %)



ainda que em uma proporção menor como de 1991 a 2000 quando a população aumentou 60,9% e de 2000 a 2010 aumentou 43,2%. Esses dados são importantes para se identificar como a área urbana foi sendo povoada, com a modificação na cidade e na realidade socioeconômica da sociedade.

A concentração de pessoas na cidade e diversas transformações sociais e econômicas nortearam a estrutura social e territorial do município. Outras informações que devem ser analisadas dizem respeito à densidade demográfica que é medida pela relação entre população e área territorial do município.

O município teve um representativo aumento de habitantes por área, sendo que em 1980 este número representava 2,60Hab/Km<sup>2</sup> e em 2010 esse número era de 7,42Hab/Km<sup>2</sup>, o que significa que no período de 3 (três) décadas houve uma aumento de aproximadamente 5Hab/Km<sup>2</sup>, ou seja 185,3%, portanto o núcleo urbano passa a concentrar um número cada vez maior de pessoas. (Tabela 02)

Tabela 02 – População, Área e Densidade Demográfica de Oeiras do Pará

Anos	População (Hab.)	Área (Km <sup>2</sup> )	Densidade (Hab./Km <sup>2</sup> )
1980	12.471	4.802,00	2,60
1991	18.792	3.862,96	4,86
1996	21.579	3.931,80	5,49
2000	23.255	3.914,30	5,91
2007	25.420	3.914,30	6,49
2010	28.595	3.852,28	7,42

Fonte: IBGE

Elaboração: COSTA, 2013

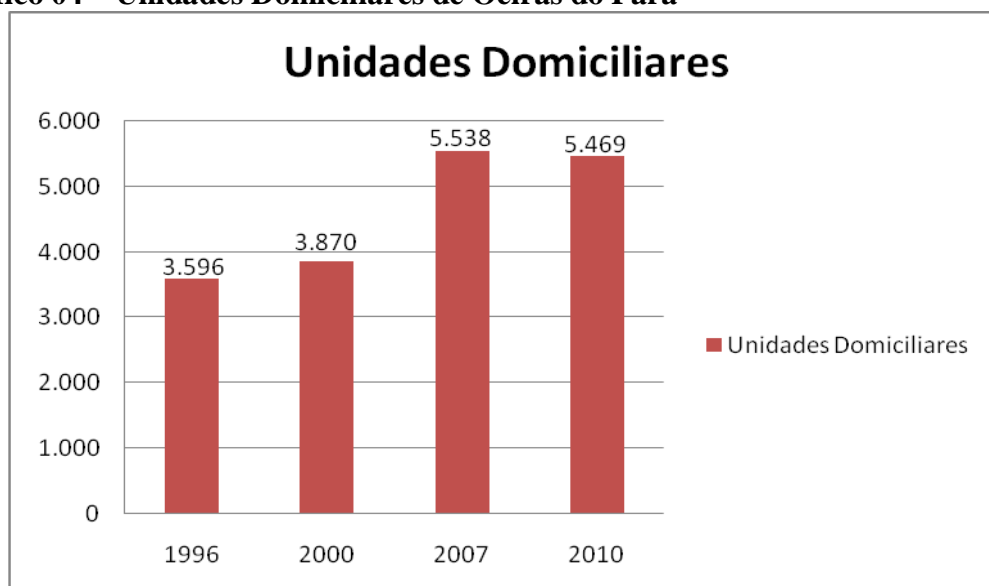
À medida que o número de habitantes cresce, a densidade demográfica diminui, pois mais pessoas passam a ocupar determinada área urbana da cidade. Ressalta-se que o município também vivenciou nas últimas décadas a concentração de famílias nas vilas e comunidades rurais, localizadas às margens da BR 422, região de ilhas e em localidades ribeirinhas.

Os dados populacionais poderão ser atualizados no Censo Demográfico de 2020, para tanto, segundo estimativa do IBGE a população oeirense em 2017 era de 31.619 habitantes.

## 9.2 Infraestrutura Urbana e Habitação

Ao dialogarmos sobre a dinâmica da cidade está pode então ser compreendida no âmbito da política urbana e habitacional. Assim, em Oeiras do Pará, observa-se que o número de domicílios também aumenta na proporção em que o número da população cresce. Isso pode ser verificado com o Gráfico 04.

**Gráfico 04 – Unidades Domiciliares de Oeiras do Pará**



**Fonte:** IBGE, 2012

**Elaboração:** COSTA, 2013

O número de domicílios de 1996 a 2010 cresceu 52%, este é um número muito expressivo principalmente se compararmos em relação ao número da população e com a relação de habitantes por unidade de domicílios neste período como podemos verificar na tabela 05.

**Tabela 05 – Habitantes, por domicílios em 1996/2000/2007/2010 de Oeiras do Pará**

Ano	População (Hab.)	Unidades Domiciliares	Habitantes / Unidades Domiciliares
1996	21.579	3.596	6
2000	23.255	3.870	6,01
2007	25.420	5.538	4,59
2010	28.595	5.469	5,23

**Fonte:** IBGE

**Elaboração:** IDESP/SEPOF

Em relação ao número de habitantes por unidades domiciliares há uma diminuição de 30,9% em 2007, isso pode ser justificado, pois neste mesmo ano há um aumento 43,1% no número de domicílio se comparado ao número de domicílios de 2000 onde a população cresceu apenas 9,3% neste mesmo período. Já no ano de 2010 há uma diminuição no número de unidades habitacionais, bem como um aumento no número da população e o número de habitantes por unidade domiciliar também aumenta.

Os dados habitacionais apresentam um panorama de organização urbana e do acesso aos serviços urbanos da população ao longo das décadas. Assim, em relação ao tipo de domicílio o município sempre apresentou o número maior do tipo classificado como casa, mas ao longo do período de 1991 a 2010 outros tipos de domicílios como casa de vila ou condomínio, apartamentos e habitação em casa de cômodos, cortiço ou cabeça de corpo foram sendo apresentadas como outras formas de moradia. (Tabela 06)

**Tabela 06 - Domicílios, por tipo do domicílio 1991/2000/2010 de Oeiras do Pará**

Ano	Total	Tipo de Domicílio			
		Casa	Casa de Vila ou em Condomínio	Apartamento	Habitação em casa de cômodos, cortiço ou cabeça de corpo
1991	3.016	3.013	-	3	-
2000	3.870	3.868	-	-	2
2010	5.469	5.419	41	6	3

**Fonte:** IBGE, Censo Demográfico 1991/2000/2010.

**Elaboração:** IDESP/SEPOF

Em 1991, 99,9% dos tipos de domicílios eram casas. Apenas 1% era de apartamentos, em 2000 a condição de casa como habitação se manteve com 99,9%. No entanto, o número referente a apartamentos desaparecem e outras formas como habitação em casa de cômodos aparecem com 1%. No ano de 2010, ainda há a predominância de domicílios identificados como casa com 99% e aparecem casa de vila com 0,7% e apartamento com 2% e as habitações em casa de cômodos com 1%.

O que se pode observar também é a condição de ocupação desses domicílios, entre as categorias identificadas estão a situação de domicílio próprio, alugado, cedido e Outra forma. (Tabela 07)

**Tabela 07 - Domicílios particulares permanentes, por condição de ocupação do domicílio 1991/2000/2010**

Ano	Total(1)	Condição de ocupação do domicílio			
		Próprio	Alugado	Cedido	Outra
1991	3.016	2.830	16	164	6
2000	3.870	3.576	52	190	52
2010	5.469	5.071	100	290	8

**Fonte:** IBGE, Censo Demográfico 1991/2000/2010.

**Elaboração:** IDESP/SEPOF

No município de Oeiras do Pará, situação dos domicílios ao longo de duas décadas sempre foi predominantemente próprio. Em 2000, por exemplo, esse número representava 93,8%, alugado 0,5%, cedido 5,4% e Outra 0,1%.

As contradições da cidade capitalista podem ser mediadas pelo acesso à serviços públicos de qualidade. A partir de dados sobre abastecimento de água, esgoto sanitário e coleta de lixo, vamos identificar como as pessoas tiveram acesso ou não a essa infraestrutura urbana dentro da cidade.

Dentro da área urbana de Oeiras do Pará há duas formas de abastecimento de água, uma identificada como rede geral de distribuição<sup>2</sup> e outra o poço. De acordo com a tabela 08 abaixo se verifica que a distribuição de água através da rede geral só conseguiu superar a forma de abastecimento através de poço ou nascente na propriedade em 2010.

**Tabela 08 - Domicílios, por forma de abastecimento de água 1991/2000/2010 de Oeiras do Pará**

Ano	Total	Forma de Abastecimento de Água		
		Rede Geral de Distribuição	Poço ou Nascente na Propriedade	Outra
1991	3.016	641	845	1.530
2000	3.870	1.293	2.384	193
2010	5.469	2.431	1.285	1.753

**Fonte:** IBGE, Censo Demográfico 1991/2000/2010.

**Elaboração:** IDESP/SEPOF

A precariedade desses serviços de abastecimento de água demonstra que estes serviços não são garantidos a todos. Assim, em 1991 apenas 21,2% dos domicílios tinham acesso a rede geral de água, 28% possuíam poço ou nascente na propriedade e 50,7% tinham outra forma de abastecimento de água. Em 2000 33,4% dos domicílios

<sup>2</sup> A Rede Geral de Abastecimento de água ou água encanada é gerenciada em Oeiras pela COSANPA. Informações encontradas na Prefeitura Municipal de Oeiras do Pará, 2013.

tinham rede geral de água, 61,6% poço ou nascente na propriedade e 4,98% com outras formas de abastecimento. No ano de 2010 esses números tomaram outra configuração, pois 44,4% dos domicílios possuíam rede geral de abastecimento de água, 23,4% com poço ou propriedade na nascente e 32% com outras formas de abastecimento de água.

Outros dados importantes são em relação à existência ou não de banheiro ou sanitário no domicílio. Essas informações permitem visualizar como as famílias foram tendo garantindo os acessos aos serviços de saneamento básico.

**Tabela 09 - Domicílios, por existência de banheiro ou sanitário e tipo de esgotamento sanitário 1991/2000/2010 de Oeiras do Pará**

Ano	Total <sup>1</sup>	Existência de Banheiro ou Sanitário				
		Tinham				
		Total <sup>2</sup>	Tipo de Esgotamento Sanitário			Não Tinha
			Rede Geral	Fossa Séptica	Outro	
1991	3.046	2.218	--	85	2.133	828
2000	3.870	3.280	1	183	3.096	590
2010	5.469	5.210	22	222	4.966	259

**Fonte:** IBGE, Censo Demográfico 1991/2000/2010.

**Elaboração:** IDESP/SEPOF

A existência ou não de banheiro é outro dado indispensável para que se compreenda como a política urbana avança na dinâmica da cidade de Oeiras do Pará. Neste sentido, em 1991, 72,8% dos domicílios tinham banheiro enquanto que 27,2% não tinham. Em 2010, o número de domicílios com banheiro representavam 95,2% enquanto que 4,7% sem banheiro.

Outras informações importantes são em relação aos domicílios que têm banheiro, no entanto os serviços de esgoto sanitário são precários. Também é importante que se observe os tipos de esgotamento sanitário, pois embora o número de unidades com banheiro seja grande o destino do esgoto sanitário é precário, assim em 1991 não havia esgotamento sanitário em rede geral de água, 3,8% do esgoto sanitário era fossa séptica e 96,1% como outras formas de destinação<sup>3</sup>. Em 2010 dados de rede geral de esgoto representavam 0,4%, de fossa séptica com 4,2% e outras formas de destinação com 95,3%.

<sup>3</sup> Não é identificado pelo IDESP

Os serviços de saneamento básico são essenciais para que se possa identificar a dinâmica urbana configurada de maneira seletiva. Outro ponto importante diz respeito a serviços de destino do lixo em Oeiras do Pará, que no período de 1991 a 2010 foi realizado de 2 maneiras: diretamente por Serviços de limpeza ou em caçamba de serviço de limpeza. No entanto, também há um número cada vez maior do destino de lixo denominado como Outros meios de coleta. Desta maneira, em 1991 apenas 0,03% do lixo era coleta enquanto que 99,96% tinham Outra forma de destinação. Embora, tenha havido uma aumento de domicílios que realizam a coleta de lixo ao longo das décadas de 2000 e de 2010, esses números ainda demonstram a precarização deste serviço. Contudo, em 2010 40,4% domicílios realizavam a coleta do lixo sendo 63,9% diretamente por serviços de limpeza e 36% em caçambas de serviço de limpeza. Todavia, o número de domicílios que fazem Outras destinações do lixo são 59,5%, portanto um número ainda maior.

**Tabela 10 – Domicílios, por destino do lixo 1991/2000/2010 de Oeiras do Pará**

Ano	Total(1)	Destino de Lixo			
		Coletado			Outro
		Total	Diretamente por Serviço de Limpeza	Em Caçamba de Serviço de Limpeza	
1991	3.016	1	-	1	3.015
2000	3.870	788	388	400	3.082
2010	5.469	2.212	1.414	798	3.257

**Fonte:** IBGE, Censo Demográfico 1991/2000/2010.

**Elaboração:** COSTA, 2013

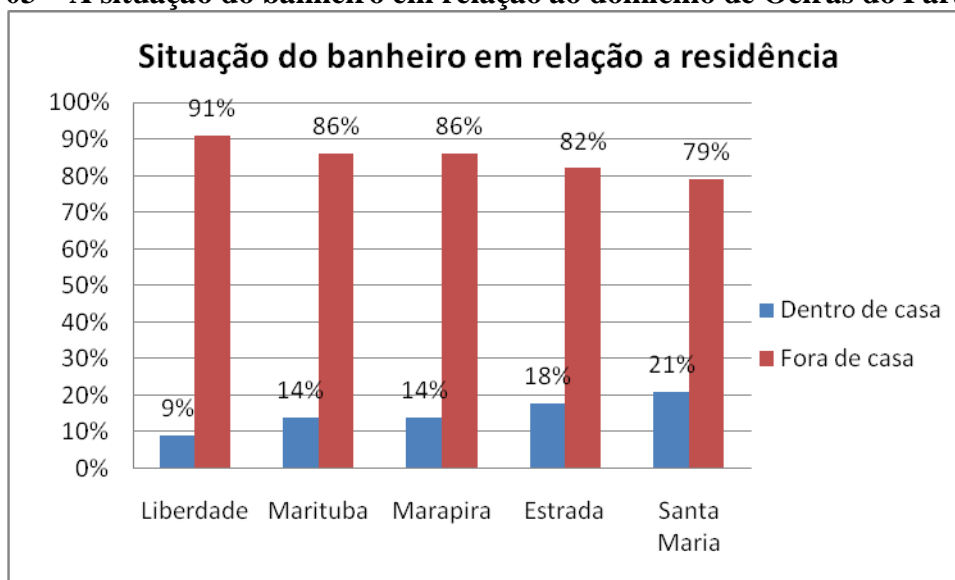
Assim, o aumento da população urbana de Oeiras nas últimas duas décadas, junto a não absorção de trabalhadores no mercado de trabalho e as precárias condições econômicas da população levaram a uma ocupação inapropriada do espaço urbano. Dessa maneira, algumas áreas desocupadas da cidade formadas por terrenos alagados ou alagáveis - cujos serviços de infraestrutura, como, água potável, serviços de saneamento básico são totalmente precários - foram sendo ocupadas por uma parcela da população que não pode pagar. Essas áreas são classificadas como assentamentos precários.

Deste modo, outros dados importantes foram sistematizados no Plano Municipal de Habitação de Interesse Social em 2012, determinando segundo as características de alguns serviços nos domicílios particulares permanentes. Os serviços identificados pelo PMHIS foram: ausência de abastecimento de água outro que não rede geral com canalização interna ou poço/nascente na propriedade, ausência de iluminação

elétrica, para as instalações sanitárias, considera-se carente o domicílio particular permanente que, possuindo banheiro ou sanitário, o tipo de escoadouro é vala, rio, lago, mar ou outro tipo que não seja fossa ou rede geral de esgoto e para coleta de lixo, consideram-se carente aqueles em que o lixo não é coletado (diretamente ou através de caçamba ou serviço de limpeza urbana) (BRASIL, p. 91, 2009).

Em relação ao esgoto geral sanitário, este dado é justificado pela necessidade de banheiros, nas qual a carência de banheiros nos domicílios é bastante alarmante, como pode ser verificado no gráfico 03 abaixo, sobre a condição do banheiro no domicílio, haja visto que a o pequeno número de banheiros dentro da casa representam a ausência deste serviço ou carência dele e ainda em relação ao esgoto sanitário, observando as alternativas utilizadas pela população, que muitos deles faz este despejo em rios e/ou igarapés ou utilizam-se de fossas negras.

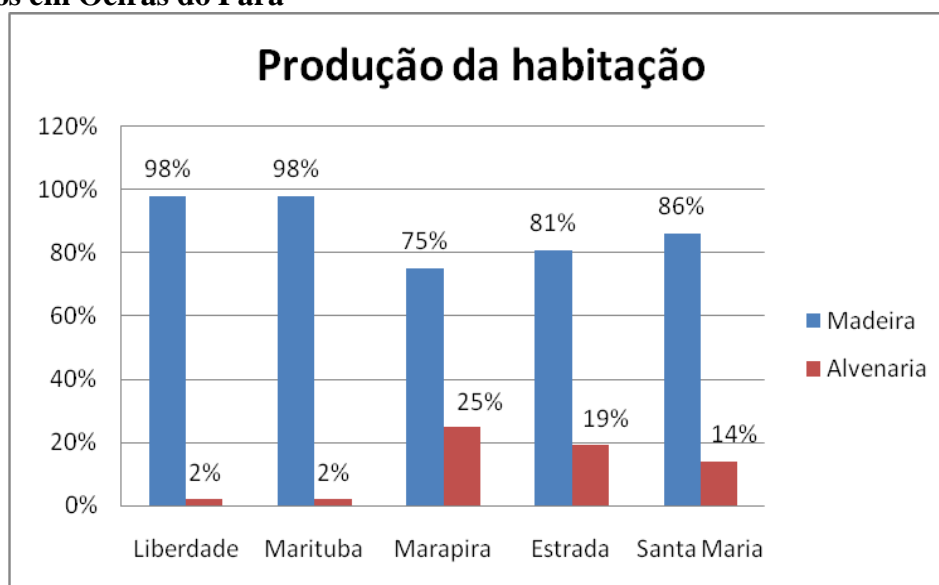
**Gráfico 03 – A situação do banheiro em relação ao domicílio de Oeiras do Pará**



**Fonte:** PMHIS, 2012

Outra particularidade das pequenas cidades são em relação à produção de suas moradias, cuja madeira é bastante significativa da vida ribeirinha e amazônica, que pode ser identificada em muitas pequenas cidades, no entanto essa característica não é compreendida como ressalta Rovaine (2012, p.227) essa dinâmica socioespacial atrelada ao rio, em que pequenas cidades veem-se obrigadas a alterar essa relação para que possam implementar projetos habitacionais já que dos critérios que determinam o uso de recursos para essa finalidade, a tipologia ribeirinha é considerada inadequada para moradia.

**Gráfico 04 - Material de predominância produzido a casa nos 5 assentamentos precários em Oeiras do Pará**



**Fonte:** PMHIS, 2012

Conforme observado no gráfico acima a predominância da produção de moradia é de madeira, o que caracteriza a cultura ribeirinha dessa população, como foi discutido no capítulo anterior, em que a presença do rio é de extrema importância para a dinâmica socioespacial da consolidação do espaço urbano das cidades na Amazônia, particularmente, o município de Oeiras do Pará, isto influencia na produção de unidades habitacionais de madeira.

Essas características ribeirinhas apontam para as necessidades da população por serviços de infraestrutura ou produção de moradia que se constituem o modo de vida ribeirinho que são marcas regionais de uma população e que não foram observadas pelo poder público com ações convergentes que contemplem planos, programas e projetos habitacionais.

Portanto, este diagnóstico aponta que precariedade e a produção habitacional que reproduzem em desigualdades sociais inerente ao processo de acumulação, que contribuíram na formação de assentamentos precários em Oeiras do Pará.

Destaca-se que o município foi contemplado em 2012 com 50 unidades habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida/ Oferta Pública que se destinou a município com população de até 50 mil habitantes para faixa de renda de até 3 (três) salários mínimos. Destas casas, 12 foram entregues em 2016. Desde abril de 2018 o município retomou o programa e em maio de 2018 foram entregues 18 unidades habitacionais, 04 estão em fase de finalização e 16 estão em construção com data



prevista de entrega até agosto de 2018. A retomada dessas obras foi um esforço coletivo entre beneficiários e equipe técnica responsável.

### **9.3 Educação**

O município de Oeiras do Pará, segundo dados do IBGE, em 2015 as matrículas no ensino fundamental representavam o total de 8.538 matrículas, no ensino médio 1.242 alunos matriculados. E ainda a rede pública possuía o total de 372 docentes no ensino fundamental e 16 docentes no ensino médio. O número de estabelecimentos de ensino fundamental era de 45 escolas localizadas na área urbana e no campo.

Em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 3.4 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 3.1. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 130 de 144. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 115 de 144. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 95.6 em 2010. Isso posicionava o município na posição 66 de 144 dentre as cidades do estado e na posição 4802 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

### **9.4 Saúde**

Com relação a saúde o município possui 01 (um) estabelecimento de saúde que faz parte do cadastro nacional de estabelecimentos do ministério da saúde CNES/MS, 04 (quatro) unidades de saúde da família 03 (três) equipe de Programa Saúde da Família PSF e 09 (nove) postos de saúde.

### **9.5 Mercado de trabalho e renda**

Oeiras do Pará é uma pequena cidade da Amazônia que tem a maioria de seus recursos repassados pelo Governo Federal, pois o que a prefeitura arrecada não é suficiente para a oferta de serviços públicos.

O município de Oeiras do Pará possui reduzida atividade agrícola e extrativista, realizada principalmente para movimentar o mercado interno e algumas exportações

para os municípios vizinhos, como por exemplo, camarão, farinha de mandioca, arroz, melancia, pimenta do reino e açaí.

As principais culturas produzidas em Oeiras entre o período de 1997 à 2010 entre as lavouras temporárias foram: arroz (com casca), feijão (em grão), mandioca e milho e, em relação à produção da lavoura permanente destacam-se a banana, o cacau, a laranja e a pimenta do reino. (Tabela 03)

**Tabela 03 – Área Colhida, Quantidade produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Temporárias de Oeiras do Pará 1997-2010**

Produtos	Área Colhida (ha)					Quantidade Produzida (t)					Valor (Mil Reais)				
	1997	2000	2003	2006	2010	1997	2000	2003	2006	2010	1997	2000	2003	2006	2010
Arroz (em casca)	1.000	1.000	150	200	250	900	800	120	200	250	90	320	60	89	200
Feijão	46	60	-	13	5	18	24	-	8	4	12	20	-	11	8
Mandioca	2.600	1.000	1.200	1.500	1.660	20.800	8.000	9.600	18.000	19.920	2766	1280	1.728	2.646	6.574
Milho	300	170	50	100	120	150	85	25	80	96	45	25	8	27	48

**Fonte:** IDESP 2012

A tabela acima demonstra os principais produtos produzidos no município no período de 1997 a 2010. Como pode ser observado, o volume das produções mantém uma variação de aumento e queda. No entanto, a produção de mandioca, que é a base da alimentação em Oeiras, teve um declínio de 1997 para 2000, mas em seguida manteve uma determinada estabilidade em 2000 e 2003; em 2006 teve um aumento de aproximadamente 50% da quantidade produzida em relação a 2003 e continuou em alta em 2010.

A cultura do arroz apresentou redução de 75% na área colhida de 1997 até 2010 e 55% na quantidade produzida neste mesmo período, em relação ao milho a queda na área colhida apresentou queda de cerca de 60% de 1997 para 2010, porém percebe-se um aumento de valor de produção no mesmo período, o que representa uma valorização da cultura do milho. A cultura do feijão em nenhum período teve muita representatividade dentro da produção municipal, sendo que em alguns momentos a produção desapareceu, ou seja, representou valor 0 (zero), como em 2003.

Outros produtos fazem parte da produção permanente do município como mostra a tabela 04 abaixo.

**Tabela 04 – Área Colhida, Quantidade produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Permanentes de Oeiras do Pará 1997- 2010**

Produtos	Área Colhida (ha)					Quantidade Produzida (t)					Valor (Mil Reais)				
	1997	2000	2003	2006	2010	1997	2000	2003	2006	2010	1997	2000	2003	2006	2010
Banana	86	100	50	60	100	107	225	625	750	1.200	214	720	188	375	1.080
Cacau	35	30	30	45	50	14	16	16	24	30	-	16	48	93	180
Laranja	15	20	15	15	27	1.500	1.200	150	150	270	30	54	45	75	216
Pimenta do Reino	320	300	300	372	235	256	240	750	930	470	1.120	960	2.400	2.265	2.585

**Fonte:** IDESP 2012

Nota-se que, a cultura da pimenta do reino é o que mais se destaca na tabela 04, seguida da produção de bananas. O Cacau e a laranja tiveram um aumento representativo na quantidade produzida de 1997 a 2010.

O município também produz riqueza através da extração vegetal, como a madeira, o açaí e o palmito. Segundo dados do Plano Diretor Municipal (2006), em 2001 Oeiras produziu 2.987 toneladas de açaí, 316 toneladas de palmito e 252.130 m<sup>3</sup> de madeira em tora. Esses números representam um total de 2.987 milhões de reais referente a extração do açaí, 379 milhões de reais em relação ao palmito e 20.170 milhões de reais referentes a extração de madeira.

Neste sentido, o município de Oeiras do Pará embora desenvolva algumas atividades econômicas atreladas ao cenário econômico regional relacionadas aos setores da agricultura e da extração vegetal, estas não são suficientes para garantir a sobrevivência do município. Assim, a vida ribeirinha ainda é fundamental para a sobrevivência da população o modo de vida em Oeiras ainda preserva sua cultura tipicamente ribeirinha, cujo rio é um elemento para a reprodução da vida, uma dinâmica social que se liga a ele, que inclui o extrativismo do açaí, a pesca do peixe e do camarão, e outros, e que é responsável pela sobrevivência de muitas pessoas que vivem na cidade.

Segundo dados do IDESP (2012), o município apresenta estoques de trabalho inferior a sua demanda, assim observa-se na tabela abaixo, onde no ano de 2000 havia apenas 3 (três) setores de estoque de emprego, sendo Indústria de Utilidade Pública, Serviços e Administração Pública. A administração Pública tem um papel muito importante, pois este foi o setor que mais cresceu nos últimos anos como estoque de emprego no município sendo responsável, em 2010, por 1.125 do total de 1.174 estoques de empregos disponíveis no município, sendo que esse número representa 95,8% do estoque de emprego em Oeiras. Portanto, podemos identificar que a dinâmica

urbana no município de Oeiras do Pará está atrelada à administração pública majoritariamente, enquanto outros setores, como Indústria de Transformação em 2010, aparecem com 9 estoques de emprego, os Serviços Indústria Pública com 3 estoques de emprego, o setor de Comércio com 28 estoques de emprego e o setor de Serviços com 9 estoques de emprego, como podemos visualizar no gráfico abaixo.

**Tabela 05 - Estoque de Emprego Segundo Setor de Atividade Econômica**

SETOR DE ATIVIDADE	1999	2000	2001	2007	2008	2009	2010
Indústria de Transformação	-	-	-	1	-	2	9
Serviços Indústria Pública	3	3	3	3	3	3	3
Construção Civil	-	-	-	11	-	-	-
Comércio	-	-	-	15	22	26	28
Serviços	2	2	2	4	3	6	9
Administração Pública	-	168	215	273	1.086	1.118	1.125
TOTAL	5	173	220	307	1.115	1.155	1.174

**Fonte: MTE/RAIS**

**Elaboração: IDESP/SEPOF**

A reprodução da vida é, portanto, mediada pela necessidade de se criar alternativas de trabalho que incluem uma diversidade de atividades como, feirantes, vendedores ambulantes, carreteiros, trabalhadores braçais, carpinteiros e outros.

A economia do município possui características que revelam o grau de pobreza de sua população, isto é a faixa de renda mensal por família no município. Isso reflete na qualidade de vida da população. Assim, com poucas vagas de emprego uma parte significativa da população é atendida por benefícios de transferência de renda que garantem sua sobrevivência através dos programas vinculados à Política Social, mais especificamente o Bolsa Família.

No Município Oeiras do Pará/PA, o total de famílias inscritas no Cadastro Único até março de 2018 era de **6.982** dentre as quais, **6.403 famílias**, são atendidas pelo Programa Bolsa Família (PBF) que é um programa de transferência condicionada de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro Único.

O número de beneficiados pelo Bolsa Família representam uma cobertura de 114 %<sup>4</sup> da estimativa de famílias pobres no município. As famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 260,78. Do total dessas famílias 50,87% estão inseridas na agropecuária, 3,49% na indústria e 45,64 em serviços., .

A baixa remuneração dos trabalhadores associada à desigualdades de ocupação do solo urbano, ou a exemplo de Oeiras do Pará, a ausência de postos de trabalho caracterizam a população na faixa de pobreza e extrema pobreza, de acordo com o censo 2010, 10.871 estavam nessa situação, ou seja, aproximadamente 35% da população.]

## **10 REDE PRESTADORA DE SERVIÇO**

O município de Oeiras do Pará tem sempre buscado a superação da pobreza, concretizando essas ações através de benefícios, serviços, projetos e programas oferecidos pela Assistência Social. Os serviços assistenciais se dividem em duas modalidades direcionados a públicos específicos proteção social básica e especial de médias complexidade, benefícios sociais: Programa Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada.

### **10.1 Cadastro Único e Programa Bolsa Família – PBF**

O programa bolsa família – PBF é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza com renda mensal por pessoa de R\$ 70,01 a R\$ 140,00; só ingressam no programa se possuírem crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos já as famílias com renda mensal de até R\$ 70,00 por pessoa podem participar do Bolsa Família qualquer que seja idade do membro, de acordo com a Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004 e o Decreto n° 5.209 de 17 de setembro de 2004. Atualmente no município há 5.451 famílias cadastradas, sendo 4.186 beneficiárias do Programa Bolsa Família.

As ações realizadas pelo Programa Bolsa Família no âmbito municipal são:

---

<sup>4</sup> Informações retiradas do Relatório Bolsa Família/Oeiras do Pará – Ministério do Desenvolvimento Social(MDS), 2013

- Identificar e cadastrar as famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica no cadastro único – Cadúnico.
- Fazer o acompanhamento do cumprimento das condicionalidades.
- Manter contato com serviços de saúde e Educação, para o cumprimento das condicionalidades.
- Gerenciar os pagamentos de benefícios e atividades de bloqueios/desbloqueios e cancelamento de benefícios.
- Apoiar o desenvolvimento das famílias beneficiadas, por meio da articulação entre o PBF e outras ações e serviços de qualificação, geração de trabalho e renda, dentre outras políticas municipais que favoreçam a inserção e a promoção social dos beneficiários.

### 10.1 Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)

O CRAS é uma unidade pública estatal, de abrangência municipal e base territorial, instalado em áreas de maior vulnerabilidade e risco social. Articula e presta serviços às famílias, no seu território de abrangência, por meio de programas e projetos socioassistenciais voltados às famílias, com foco na prevenção de situações de risco e vulnerabilidade social. É responsável pela organização e coordenação da rede de serviços socioassistenciais locais da Política de Assistência Social.

O CRAS família acolhedora de Oeiras do Para foi implementado no 25 de agosto de 2005 e fica localizado na rua Honório Bastos, S/N, Bairro Santa Maria. O horário de atendimento é de segunda a sexta-feira das 08 as 12 e de 14 as 18hs, sua estrutura é composta por:

<b>Equipamento</b>	<b>Quantidade</b>
Sala de atendimento PAIF	01
Sala de atendimento da equipe volante	01
Cozinha	01
Refeitório	01
Banheiro Masculino	02 ( uso individual)
Banheiro Feminino	02 ( uso individual)
Deposito de Material Esportivo/Didático	02
Sala de Videoteca	01

Sala Administrativa	01
Sala de Coordenação	01
Sala do SCFV	04
Quadra desportiva (Cedida)	01

### 10.1.1 Serviços ofertados pelo CRAS

- Serviço de proteção integral à família (PAIF)
- Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV)
- Equipe volante
- Atendimento domiciliar a pessoa com deficiência e idosos
- Palestra nas comunidades urbanas
- Grupo das gestantes
- Benefícios Eventuais: Auxílio Funeral, Auxílio Natalidade e benefício temporário (cesta básica).
  
- **SERVIÇO DE PROTEÇÃO INTEGRAL À FAMÍLIA (PAIF)**

O trabalho do PAIF junto à sociedade caracteriza-se como estratégia de intervenção somando-se a outras iniciativas implementadas por meio de um conjunto de articulações com as demais políticas setoriais como educação, saúde, cultura, trabalho, justiça entre outras, articulando os serviços disponíveis em cada localidade, potencializando, coordenando e organizando a rede de proteção social básica intersetorial com políticas de qualificação profissional, inclusão produtiva, cooperativismo e demais políticas públicas e sociais em busca de melhores condições para as famílias em situação de vulnerabilidade.

As ações a serem implementadas serão através de atendimento de grupo e individualizado; trabalho de grupo; palestras; oficinas de inclusão produtiva (que visem à emancipação econômica das famílias); reuniões e atos públicos levando a população o conhecimento de seus direitos com a finalidade de contribuir para a garantia de direitos das famílias e sua inclusão social promovendo cidadania.

São ações do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF:

- Acolhida;

- Oficinas com Famílias;
- Ações Comunitárias;
- Ações Particularizadas;
- Encaminhamentos.

Por meio do serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), são realizados atendimentos individual, familiar, visita domiciliar e reunião com a equipe técnica de referencia para a realização das atividades com os usuários do SCFV e com as famílias acompanhadas pelo PAIF/ CRAS.

<b>ATENDIMENTO MENSAL CRAS MÊS JANRIRO A MAIO /2018</b>		
<b>PROCEDENCIA DOS ATENDIMENTOS</b>		<b>QUANTIDADE</b>
01	Famílias referenciadas no PAIF	615
02	Novas famílias inseridas no PAIF	206
03	Atendimento social, psicológico e pedagógico - equipe CRAS (área urbana) e equipe volante	75
04	Novos cadastros no Bolsa Família	2
05	Orientações BPC	17
06	Encaminhamentos	19
07	Novas Inscrições nos SCFV	68
08	Reuniões realizadas com a família dos usuários	1
09	Reuniões realizadas com a equipe de trabalho	6
10	Reuniões realizadas nas comunidades	3

➤ **SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS (SCFV)**

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV é um Serviço da Proteção Social Básica do SUAS que é ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias realizadas por meio de Serviços de Proteção Integral à Famílias (PAIF).

O serviço é ofertado no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), com horário de funcionamento das 08 horas às 12 horas e a tarde das 14 horas às 18



horas, de segunda a sexta-feira, salvo a primeira sexta-feira de cada mês que é dedicado ao planejamento dos educadores sociais.

O SCFV faz atendimento em coletivos de acordo com as faixas etárias inseridas no Cadastro Único, demandas vindas do CREAS, conselho tutelar e beneficiários do BPC (Benefício de Proteção Continuada) sendo: crianças, jovens e idosos que se enquadrem no perfil. Realiza atividades culturais, esportivas, artísticas, de lazer, entre outros, estimulando os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais, coletivas e familiares.

O serviço tem como finalidade integrar os usuários reintegrando-os à convivência social e familiar, além de promover a integração e a troca de experiências entre os participantes, valorizando o sentido de vida coletiva. O SCFV possui um caráter preventivo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidade dos usuários.

A partir do Processo Seletivo Simplificado – PSS 001/2017, realizado no período de fevereiro a março de 2017, foram selecionados 10 educadores sociais para trabalhar, sendo estes;

Os usuários estão organizados em coletivos a partir de faixas etárias:

- SCFV de 3 a 6 anos; (manhã: Faz de conta: Jacinilda e Selma / tarde: Múltiplas linguagens: Jacileia e Sámas)

É um espaço lúdico, que tem como objetivo, proporcionar a criança a compreensão de muitas coisas através do brincar, entre elas, a compreensão de si, dos outros, dos adultos e do mundo. É um lugar onde tudo convida a explorar, a sentir, a experimentar e a fantasiar através de jogos e brincadeiras ajuda a criança a liberar suas emoções (desejos e sentimentos) afluindo sua criatividade buscando desenvolver sua autoestima e socialização.

- SCFV de 7 a 14 anos (manhã, de 07 a 10 anos: Cadetes: Marcela; de 11 a 14 anos: Wallace / tarde, de 07 a 08 anos: Saber em ação: Mayara; de 09 a 11 anos: Empoderados: Odeia)

É um serviço voltado para incentivar e estimular o convívio social e familiar, o respeito moral e ético, direitos, deveres, a criatividade e a cidadania dos usuários. No CRAS do município de Oeiras do Pará, a faixa etária do SCFV de 7 a 14 anos foram subdivididas em 5. Pela manhã de 7 a 10 anos e 11 a 14 anos, pela tarde de 7 a 8 anos, 9 a 11 e 12 a 14 anos.

- SCFV de 15 a 17 anos (manhã: Evolução: Kelyton Hugo )

Este serviço tem como objetivo ampliar os atendimentos a jovens que vivem em situações de vulnerabilidade social (fora da escola e dos cursos de formação e qualificação profissional); reintegrá-los ao processo educacional, promover sua qualificação profissional e assegurar o acesso a ações de cidadania, esporte, cultura e lazer.

- SCFV a partir de 60 anos (manhã: Primavera: Susilene e Eliza)

É um serviço da proteção social básica que tem como objetivo o desenvolvimento de atividades que contribuam no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social. O serviço atende a idosos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada; idosos de famílias beneficiárias de programas de transferência de renda; idosos com vivências de isolamento por ausência de acesso a serviços e oportunidades de convívio familiar e comunitário cujas as necessidades, interesses e disponibilidade indiquem a inclusão no serviço.

No ano de 2018 os indivíduos que se encaixam no perfil do serviço de assistência social básica foram redirecionados em 8 faixas etárias para atender a demanda recebida pelo CRAS em Oeiras do Pará. Até o mês de abril são atendidos pelo SCFV uma média de 267 usuários, tanto pelo turno da manhã quanto pelo turno da tarde, dados que estão presentes na abaixo.

Faixa Etária atendidas	Número de usuários frequentes		
	Manhã	Tarde	Total por faixa etária
<b>03 a 06 anos</b>	25	31	56
<b>07 a 08 anos</b>	-	18	18
<b>07 a 10 anos</b>	28	-	28
<b>09 a 11 anos</b>	-	33	33
<b>11 a 14 anos</b>	23	-	23
<b>12 a 14 anos</b>	-	27	27
<b>15 a 17 anos</b>	22	-	22
<b>A partir de 60 anos</b>	60		60
<b>Total</b>	-	-	267

As faixas etárias foram distribuídas dessa forma para que as atividades fossem desenvolvidas de maneira eficaz, produtiva e qualitativa com o objetivo de contemplar os usuários dos serviços nos quais estão inseridos.

### ➤ **EQUIPE VOLANTE DO CRAS**

O trabalho da equipe volante realizado pelo CRAS se caracteriza pelo deslocamento de profissionais exclusivos para estes serviços, ao longo do território referenciado, com a finalidade de levar informações como também realizar pré-atendimentos assistenciais, a ser complementado na unidade CRAS, com o intuito de facilitar o acesso da população aos serviços de assistência. A equipe volante iniciou suas atividades no período de 24 de julho 2017 levando atendimentos às famílias da zona rural. A equipe é composta pelos técnicos (Assistente Social) Dhessyca Barbosa, (Pedagoga) Rositany Corrêa, (Psicóloga do Cras) Arlene Cardoso e um (Entrevistador do Cadastro Único).

À equipe volante cabe além do acompanhamento às famílias já cadastradas através desta modalidade de trabalho, o papel de se deslocar pelo território de referência da unidade de CRAS a qual pertence, em busca de novas famílias e/ou indivíduos ainda não cadastrados, levando informações quanto ao trabalho, política, programas e projetos gerenciados pelo CRAS do território, bem como informando sobre a rede socioassistencial de atendimento às demandas do mesmo.

Essa equipe é responsável por fazer a busca ativa destas famílias, desenvolver o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e demais serviços de Proteção Social Básica, que poderão ser adaptados às condições locais específicas, desde que respeitem seus objetivos.

Durante as idas às comunidades, os profissionais realizaram palestra sobre o programa Bolsa Família e suas condicionalidades, palestras de acordo com a temática do calendário, palestras sobre Benéfico de Prestação Continuada (BPC), Serviços de Atendimento Integral as Famílias (PAIF), Atendimentos social, psicológico, pedagógico. Além disso, é responsável por apoiar a inclusão ou atualização cadastral das famílias no Cadastro Único, realizar encaminhamentos necessários para acesso à

renda, para serviços da Assistência Social e de outras políticas, e o levantamento para as oficinas de geração de renda.

### LOCALIDADES VISITADAS PELA EQUIPE

LOCALIDADES	QUANTITATIVO	COMUNIDADES
<b>BR 422</b>	13	São Bernardo, Igarapé Preto, França, Nova América, Melancial, Rio Preto, Repartimento, Costeira, Pau de Rosa, Bracinho, Marambira, Pau D'arco e Uxi Estrada.
<b>Região de Ilhas</b>	09	Sacájos, Itaucu, Murujuca, Aracapaca, Papagaio, Mocajatuba, Camiranga, Aracairu, Urubuená.
<b>Comunidades ribeirinhas</b>	07	Palmeira, Pruanã, Castanheira, Vila Valério, São Raimundo, Terra Alta, Bela Vista.

### Atendimentos realizados pela equipe volante do CRAS

Atendimento equipe volante 24/06/17 à 12/05/18		Nº de atendimentos
<b>01</b>	Famílias Atendidas	<b>1.030</b>
<b>02</b>	Atendimentos Psicológicos	<b>34</b>
<b>03</b>	Atendimento Pedagógico	<b>20</b>
<b>04</b>	Atendimento Social	<b>43</b>
<b>05</b>	Sugestões para oficinas	<b>911</b>
<b>06</b>	Inscrições cadastro Único	<b>85</b>
<b>08</b>	Encaminhamentos	<b>15</b>

### ➤ **ATENDIMENTO DOMICILIAR A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E IDOSAS**

Conforme Resolução 109 de 2009 do CNAS, essa modalidade de serviço tem como finalidade a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários. Visando garantia de direitos, o desenvolvimento de mecanismos de inclusão social, a equiparação de oportunidade e a participação e desenvolvimento de autonomia das pessoas com deficiência e pessoas idosas, a partir de suas necessidades e potencialidades individuais e sociais, prevenindo situações de risco, exclusão e o isolamento.

### ➤ **GRUPO DAS GESTANTES (Mamãe Cuida, bebe nasce)**

Este projeto destina se ao acompanhamento contínuo das gestantes local, através das ações de promoção da saúde, investindo em informações que possam favorecer o aprendizado da gestante, fortalecer a corresponsabilidade da assistência Pré natal.

Destina se também, a oportunizar as mães gestantes deste Município a acolhida, a promoção Social inserindo-as nas atividades de cunho socioeducativas e como também psicossocial, contemplado ao programa de atenção a família PAIF/CRAS ações estas, que frisa que estão inseridas nas prerrogativas da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que frisa que é responsabilidade do município destinar recursos financeiros para o custeio de auxílio natalidade (Art. 15) dentro de vulnerabilidade temporário onde a gestante e nutriz( Art.22 paragrafo 2º) tem prioridade, no contexto da inclusão e bem estar social.

## **10.2 CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS)**

O CREAS é uma unidade pública estatal responsável pela oferta de orientação e apoio especializados e continuados a indivíduos e famílias com seus direitos violados. Para isso, envolve um conjunto de profissionais e processos de trabalho que devem ofertar apoio e acompanhamento especializado.

O CREAS/Oeiras do Pará foi implantado em Oeiras do Pará em agosto de 2014 e atualmente está localizado na Rua Jhonatas Athias, S/N, bairro Marapira. O funcionamento é das 8h às 12h e das 14h às 18h de segunda a sexta-feira. A equipe de trabalho é composta por: pedagoga (1), assistente social (1), advogado (1), psicóloga(1) agente administrativo (2), servente (2) e vigias (4).

O principal objetivo do Centro de Referência Especializado de Assistência Social é o resgate da família, potencializando sua capacidade de proteção aos seus membros. Fortalecer a autoestima dos indivíduos usuários, e seus familiares, para que haja fortalecimento entre os membros da família dos usuários, e reinserção dos mesmos na sociedade. Para que haja o fortalecimento e integração das famílias que tiveram seus direitos violados, os técnicos do CREAS fazem os atendimento individuais e em grupo, disponibilizando acompanhamento psicossocial, jurídico e pedagógico. Propicia a inclusão das famílias no sistema de proteção social e nos serviços públicos conforme suas necessidades. No município de Oeiras do Pará, crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados são inseridos no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos-SCFV, ofertado pelo CRAS.

No CREAS é realizado acolhimento e escuta qualificada individual e em grupo para identificar as necessidades dos indivíduos e da família. Produz-se materiais e palestras educativas de acordo com o calendário social, da mesma forma, palestras para divulgação e prevenção com objetivo de combater a violência e exploração sexual contra crianças e adolescentes e combate ao trabalho infantil.

São realizadas visitas domiciliares, abordagens sociais, atendimento sócio familiar, atendimento psicossocial individual e em grupos de usuários e seus familiares, inclusive com orientação jurídico-social em casos de ameaça ou violação de direitos individuais e coletivos.

O Centro oferece diversos serviços dentre os quais são, Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), Serviço Especializado em Abordagem Social, Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC), Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias, e Serviço Especializado para pessoas em situação de rua.

➤ **O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI**

É o Serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social.

**Usuários:** Famílias e indivíduos que vivenciam violações de direitos por ocorrência de violência física, psicológica e negligência; violência sexual: abuso e/ou exploração sexual; famílias com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de LA e PSC; afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida de proteção; indivíduos egressos de situação de tráfico de pessoas; situação de rua e mendicância; abandono; vivência de trabalho infantil; discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia; outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminações/ submissões a situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir autonomia e bem estar; descumprimento de condicionalidades do PBF e do PETI em decorrência de violação de direitos.

**Atividades Essenciais:** Entrevistas de acolhida e avaliação inicial; Atendimento psicossocial (individual, familiar e em grupo); Construção do Plano de Atendimento; Orientação jurídico-social; Elaboração de relatórios técnicos sobre o acompanhamento realizado; Ações de mobilização e enfrentamento; Acompanhamento dos encaminhamentos; e, visita domiciliar, quando necessário.

**Condições e Formas de Acesso:** Famílias e indivíduos que vivenciam violação de direitos encaminhadas dos serviços de proteção e vigilância social; por encaminhamento de outros serviços sócio assistenciais, das demais políticas públicas setoriais, dos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e do Sistema de Segurança Pública; por demanda espontânea Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

➤ **Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).**

O Serviço tem por finalidade prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. Deve contribuir para o acesso a direitos e para a ressignificação de valores na vida pessoal e social dos (as) adolescentes e jovens.

**Usuários:** Adolescentes de 12 a 18 anos incompletos, ou jovens de 18 a 21 anos, em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) aplicada pela Justiça da Infância e da Juventude ou, na ausência desta, pela Vara Civil correspondente; e, suas famílias.

**Atividades Essenciais:** Elaboração do PIA (Plano Individualizado de Atendimento); Atendimento do Adolescente (individual e em grupo); Atendimento da Família, em articulação com o PAEFI; Acompanhamento da frequência escolar do adolescente; Elaboração e encaminhamento de relatórios sobre o acompanhamento dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas (LA e PSC) ao Poder Judiciário e Ministério Público; Elaboração e encaminhamento de relatórios quantitativos ao órgão gestor sobre atendimentos realizados;

**Condições e formas de acesso:** adolescentes e jovens que estão em cumprimento de medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade encaminhadas da Vara da Infância e da Juventude ou, na ausência desta, pela Vara Civil correspondente.

#### ➤ **Serviço Especializado em Abordagem Social**

É ofertado de forma continuada e programada com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras. Deverão ser consideradas praças, entroncamento de estradas, fronteiras, espaços públicos onde se realizam atividades laborais, locais de intensa circulação de pessoas e existência de comércio, terminais de ônibus, trens, metrô e outros. O Serviço deve buscar a resolução de necessidades imediatas e promover a inserção na rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia dos direitos.

**Usuários:** Crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos (as) e famílias que utilizam espaços públicos como forma de moradia e/ou sobrevivência.



**Atividades Essenciais:** conhecimento do território; informação, comunicação e defesa de direitos; escuta; orientação e encaminhamentos sobre/para a rede de serviços locais com resolutividade; articulação da rede de serviços socioassistenciais; - articulação com os serviços de políticas públicas setoriais; articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos; geoprocessamento e georeferenciamento de informações; elaboração de relatórios.

**Condições e formas de acesso:** Famílias e/ou indivíduos que utilizam os espaços públicos como forma de moradia e/ou sobrevivência identificadas pela equipe do serviço.

➤ **Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos (as) e suas Famílias.**

Serviço para a oferta de atendimento especializado a famílias com pessoas com Deficiência e idosos (as) com algum grau de dependência, que tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos, tais como: exploração da imagem, isolamento, confinamento, atitudes discriminatórias e preconceituosas no seio da família, falta de cuidados adequados por parte do cuidador, alto grau de estresse do cuidador, desvalorização da potencialidade/capacidade da pessoa, dentre outras que agravam a dependência e comprometem o desenvolvimento da autonomia.

O serviço tem a finalidade de promover a autonomia, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das pessoas participantes.

**Usuários:** Pessoas com deficiência e idosos (as) com dependência, seus cuidadores e familiares.

**Atividades Essenciais:** acolhida e escuta; informação, comunicação e defesa de direitos; articulação com os serviços de políticas públicas setoriais; articulação da rede de serviços socioassistenciais; articulação interinstitucional com os demais serviços do Sistema de Garantia de Direitos; atividades de convívio e de organização da vida cotidiana; orientação e encaminhamento para a rede de serviços locais; construção de plano individual e/ou familiar de atendimento; orientação sociofamiliar; estudo social e cuidados pessoais; desenvolvimento do convívio familiar, grupal e social; acesso à documentação pessoal; apoio à família na sua função protetiva; mobilização de família extensa ou ampliada; mobilização e fortalecimento do convívio e de redes sociais de

apoio; mobilização para o exercício da cidadania; laboração de relatórios e/ou prontuários.

**Condições e formas de acesso:** Pessoas com deficiência e idosos (as) com dependência, seus cuidadores e familiares com vivência de violação de direitos que comprometam sua autonomia, demandadas espontaneamente pelos membros da família e/ou da comunidade, por busca ativa, por encaminhamento dos demais serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas setoriais ou por encaminhamento dos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

Assim, a efetividade do atendimento, nos serviços do CREAS, está diretamente relacionada à articulação eficiente com a rede, local ou até mesmo regional. Alguns órgãos, unidades ou instituições, devido à sua função e competência, compõem a rede essencial de articulação do CREAS, conforme elencados:

- CRAS;
- Gestão dos programas de transferência de Renda e Benefícios (PETI, Bolsa Família, Benefícios de Prestação Continuada-BPC)
- Serviço de Saúde, em especial a saúde Mental
- Órgãos de Defesa de Direitos (Conselho Tutelar, Ministério Público, Poder Judiciário, Defensoria Pública);
- Rede de Educação; e,
- Serviços de Acolhimento.

Neste sentido, as atividades propostas, são instrumentos de garantia de direitos aos usuários do CREAS/ Oeiras do Pará e visam produzir dados quantitativos e qualitativos que subsidiem ações e planejamentos futuros no município.

Todo cidadão que esteja em situação de risco pessoal e social por violação física, psicológica, negligência, abandono, violência sexual (abuso e exploração), situação de rua, trabalho infantil, prática de ato infracional, fragilização ou rompimento de vínculos, afastamento do convívio familiar dentre outras, tem o direito de receber atendimento pelos técnicos do Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

Assim, a demanda específica constitui-se a partir dos dados abaixo:

**Quadro 01: RELATÓRIO DE ATENDIMENTOS**

<b>NATUREZA</b>	<b>PROCEDIMENTO</b>	<b>PERÍODO</b>	<b>Nº DE ATENDIMENTOS</b>
Abandono familiar	Orientação familiar; Atendimento Psicossocial; Encaminhamento ao Serviço de Saúde.	2015	3
Pensão por morte	Encaminhamento para o Sindicato de Trabalhadores Rurais; e Trabalhadoras; Encaminhamento ao Serviços de Saúde.	2015	1
Expulsão da Escola	Orientação pedagógica; Acompanhamento Psicossocial.	2015	2
Preconceito	Atendimento psicossocial; Acompanhamento Psicossocial	2015	1
Abandono escolar	Acompanhamento Psicológico	2015	1
Gravidez precoce	Orientação sociojurídica; Encaminhamento para pré-natal	2015	
Abandono familiar	Encaminhamento Serviços de Saúde	2015	1
Desinteresse estud.	Orientação pedagógica; Orientação sociojurídica; Orientação socioassistencial; Encaminhamento ao Serviço de Saúde.	2015	3
Abuso Sexual	Encaminhado para Polícia; Acompanhamento psicossocial; Visita domiciliar; encaminhamento para os Serviços de Saúde/ Encaminhamento Ministério Público;	2015	10
Violência Doméstica	Acompanhamento psicossocial; Encaminhados ao Ministério Público; Visita Domiciliar; Encaminhamento ao Serviço de Saúde	2015-2016	5
Uso de Substâncias tóxicas	Acompanhamento e orientação psicossocial individual e familiar.	2015-2016	9
Conflito familiar	Acompanhamento psicossocial; Encaminhados Ministério Público; Atendimento jurídico.	2015	9
Negligência a pessoa idosa	Acompanhamento psicossocial e jurídico; Encaminhamento Ministério Público; Encaminhamento à Polícia.	2015-2016	14
Violência contra a pessoa idosa	Acompanhamento psicossocial e jurídico; Encaminhamento Ministério Público;	2016	1

	Encaminhamento á Polícia.		
Exploração Sexual	Acompanhamento psicológico; Encaminhamento Ministério Público	2015	3
Furto	Escuta psicológica / Acompanhamento Psicossocial	2015	8
Abandono PCD*	Escuta psicológica / Acompanhamento Psicológico	2015	1
Uso de álcool	Orientação e Atendimento psicossocial e jurídico; Acompanhamento Psicológico; Encaminhamento ao Serviço de Saúde / CAPS*; Visita domiciliar psicossocial.	2015	3
Tentativa estupro	Atendimento socioassistencial; Encaminhamento psicológico.	2015-2016	3
Tentativa assassinato	Atendimento e Acompanhamento Psicológico	2015	1
Atendimento à vítima/ tentativa de assassinato	Atendimento e Acompanhamento Psicológico	2015	1
Guarda	Atendimento e Acompanhamento Psicológico; Encaminhamento ao Ministério Público.	2015-2016	5
Conflito familiar	Atendimento social.	2016	3
Atendimento a PCD	Orientação e Atendimento psicossocial.	2016	4
Estupro vulnerável	Orientação e atendimento social.	2016	4
PSC	Atendimento social e encaminhamento para a prestação de PSC	2016	9
Negligencia PCD	Atendimento psicossocial	2016	1
Esquizofrenia	Atendimento psicossocial; Encaminhamento ao Serviço de Saúde / CAPS*.	2016	1
Tentativa de suicídio	Atendimento psicossocial.	2016	1
Atendimento familiar	Atendimento psicossocial.	2016	3
Outros atendimentos / benefício social suspenso	Atendimento psicossocial; Visita domiciliar; Orientação psicossociojuridica; Orientação sobre as condicionalidades PBF.	2016	1

**Fonte:** Atendimento diário CREAS Oeiras do Pará

\*Pessoa com deficiência

\*Centro de Atenção Psicossocial (Cametá)

**Quadro 02: RELATÓRIO DE ATENDIMENTOS**

<b>NATUREZA</b>	<b>PROCEDIMENTO</b>	<b>PERÍODO</b>	<b>Nº DE ATENDIMENTOS</b>
Abandono familiar	Orientação familiar; Atendimento Psicossocial; Encaminhamento ao Serviço de Saúde.	2017	02
Gravidez precoce	Orientação sociojurídica; Encaminhamento para pré-natal	2017	01
Abandono familiar	Encaminhamento Serviços de Saúde	2017	01
Abuso Sexual	Encaminhado para Polícia; Acompanhamento psicossocial; Visita domiciliar; encaminhamento para os Serviços de Saúde/ Encaminhamento Ministério Público;	2017	23
Violência Doméstica	Acompanhamento psicossocial; Encaminhados ao Ministério Público; Visita Domiciliar; Encaminhamento ao Serviço de Saúde	2017	08
Uso de Substâncias tóxicas	Acompanhamento e orientação psicossocial individual e familiar.	2017	10
Conflito familiar	Acompanhamento psicossocial; Encaminhados Ministério Público; Atendimento jurídico.	2017	12
Negligência a pessoa idosa	Acompanhamento psicossocial e jurídico; Encaminhamento Ministério Público; Encaminhamento à Polícia.	2017	07
Uso de álcool	Orientação e Atendimento psicossocial e jurídico; Acompanhamento Psicológico; Encaminhamento ao Serviço de Saúde / CAPS*; Visita domiciliar psicossocial.	2017	03
Tentativa estupro	Atendimento socioassistencial; Encaminhamento psicológico.	2017	01
Atendimento à vítima/ tentativa de assassinato	Atendimento e Acompanhamento Psicológico	2017	
Guarda	Atendimento e Acompanhamento Psicológico; Encaminhamento ao Ministério Público.	2017	02

Conflito familiar	Atendimento social.	2017	03
Estupro vulnerável	Orientação e atendimento social.	2017	15
PSC	Atendimento social e encaminhamento para a prestação de PSC	2017	05
Esquizofrenia	Atendimento psicossocial; Encaminhamento ao Serviço de Saúde / CAPS*.	2017	01
Tentativa de suicídio	Atendimento psicossocial.	2017	04
Atendimento familiar	Atendimento psicossocial.	2017	50
Outros atendimentos / benefício social suspenso	Atendimento psicossocial; Visita domiciliar; Orientação psicossociojurídica; Orientação sobre as condicionalidades PBF.	2017	03

**Fonte:** Atendimento diário CREAS Oeiras do Pará

\*Pessoa com deficiência

\*Centro de Atenção Psicossocial CAPS AD Marajoara (Belém)

## 11 ESTRATÉGIA, AÇÕES, METAS E PRAZOS

As metas, ações e prazos foram definidas a partir do PMAS 2013-2017, considerando o que foi efetivado e as metas ainda não alcançadas, bem como das ações propostas na XI Conferência Municipal de Assistência Social, serviram de parâmetros para a elaboração das metas e ações.

### GESTÃO E CONTROLE SOCIAL

AÇÃO	ESTRATÉGIA	META/ PRAZO
Efetivar o Plano Municipal de Assistência Social	- Acompanhar as metas previstas no PMAS e elaboração do relatório de gestão da SEMAS;	2018-2021
Promover capacitação mediante o Plano de Educação Permanente	- Ofertar formação para os trabalhadores e conselheiros da SEMAS e do SGD e fomentar a participação em eventos locais, regionais e nacionais;	2018-2021
Efetivar as estancias de participação e Controle Social	- Fomentar a participação nas reuniões do CMAS das entidades inscritas no Conselho;	2018-2021
	- Criar e disponibilizar a estrutura física e operacional dos Conselhos Municipal	2018-2021

	na área da Assistência Social e Sistema de Garantia de Direitos (CMAS e CMDCA)	
	- Orientação para formalização e fiscalização das entidades no CMAS e CMDCA;	
Gestão Bolsa Família	- Intensificar a fiscalização a cerca da prática de retenção dos cartões do Bolsa Família pelos comerciantes.	2018-2021
Apoiar e desenvolver os espaços de Gestão Financeira do FMAS	- Criar o Fórum local dos trabalhadores e usuários do SUAS.	2018-2020
	- Elaborara e executar um Plano de Providencia para resolver os problemas referente a gestão e recursos da SEMAS.	
Intensificar as ações referentes ao Cadastro Único e Programa Bolsa Família	- Apoiar o desenvolvimento das famílias beneficiadas, por meio da articulação entre PBF e a rede intersetorial por meio de ações e serviços de qualificação, geração de trabalho e renda, oficinas de capacitação, desenvolvimento comunitário, dentre outras Políticas Municipais que favoreçam a inserção e promoção social dos beneficiários;	2018-2020

### PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

ACÇÃO	ESTRATÉGIA	META/ PRAZO
Fortalecer o PIAF no CRAS	-Expandir os atendimentos dos Serviço de proteção e atendimento integral a família - PAIF;	<b>1.500 famílias</b> ⇨ <b>2021</b>
	- Cadastrar todas as famílias que recebem o PBF e o BPC residentes no território;	<b>2014 - 2017</b>
	- Acompanhar por meio de visita domiciliar ou entrevista todas as famílias em situação de descumprimento de condicionalidades;	<b>2018-2021</b>
	- Implementar um CRAS na zona urbana com serviços, programas e estrutura	<b>2018-2021</b>
	Implementar os SCFV nas faixas etárias de 03 a 06 anos, 07 a 14 anos, de 15 a 17 anos e acima de 60 anos no CRAS	<b>300 usuários</b> ⇨ <b>2018</b> <b>350 usuários</b> ⇨ <b>2019</b>

		<b>400 usuários ⇨ 2020 450 usuários ⇨ 2021</b>
	Fortalecer e intensificar os atendimentos da equipe volante do CRAS	<b>2018-2021</b>
	Intensificar os serviços de atendimento a pessoa idosa e a pessoa com deficiência no domicílio	<b>2018-2021</b>
	Elaborar um plano de formação e capacitação profissional	
Efetivar e fortalecer os Benefícios Eventuais	- Auxílio alimentação/cesta básica (temporário); - Auxílio mortalidade (urna funerária); - Auxílio natalidade (enxoval);	<b>2018-2021</b>

### **PROTEÇÃO SOCIAL MÉDIA COMPLEXIDADE**

<b>AÇÃO</b>	<b>SERVIÇO/ATIVIDADE</b>	<b>META/PRAZO</b>
Fortalecimento do CREAS	- Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida - LA e de prestação de serviços à comunidade - PSC	<b>2018-2021</b>
	- Serviço Especializado para Pessoas em Situação de rua	
	Intensificar as ações contra o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes no município de Oeiras do Pará	
	Elaborar o Plano de Medida Socioeducativa	<b>2018</b>
Desenvolver o atendimento de Abordagem Social	Ofertar o serviço ao público alvo	<b>2018-2021</b>
Implementação do AEPETI	- Diagnosticar o índice de trabalho infantil;	<b>2018-2021</b>
	- Fortalecer a rede de proteção à criança/adolescente no município;	
	- Lançar campanha anual de combate ao trabalho infantil;	
	- Promover seminário de formação	
	- Fomentar as ações de fiscalização nos locais com incidência de trabalho infantil;	
- Sensibilizar e estimular a população a denunciar a exploração da mão de obra infantil.		



## 11. FINANCIAMENTO

O financiamento da Política de Assistência Social de Oeiras do Pará é realizado mediante contrapartida municipal e repasses fundo a fundo, ou seja, do fundo federal e estadual para o municipal, instituído por meio de lei municipal. Os pagamentos realizados na modalidade fundo a fundo que se caracterizam pelo repasse por meio de descentralização de recurso diretamente do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) para fundos estaduais, municipais e do Distrito Federal, de forma regular e automática.

Esse tipo de pagamento está relacionado ao cofinanciamento de serviços de ação continuada. Conforme estabelecido no Decreto nº 5.085/04, são consideradas ações continuadas de assistência social, aquelas financiadas pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), que visem ao atendimento periódico e sucessivo à família, à criança, ao adolescente, à pessoa idosa e à pessoa com deficiência, bem como às ações relacionadas aos programas de Erradicação do Trabalho Infantil, da Juventude e de Combate à Violência contra Crianças e Adolescentes.

Devido a problemas na prestação de conta nos anos anteriores, o município não recebe atualmente o recurso referente ao Índice de Gestão Descentralizada do programa Bolsa Família e ainda apresenta suspensão de repasses nos IGS-SUAS. Neste sentido o bloco de recursos repassados pelo Fundo Nacional estão especificados abaixo:

<b>IBGE: 150520      MUNICÍPIO: OEIRAS DO PARA      POPULAÇÃO: 28595</b>	
<b>PORTE: PEQUENO II</b>	
<b>PROGRAMA / PISO</b>	<b>VALOR DO PISO</b>
<b>BLOCO DE GESTÃO DO SUAS</b>	
IGD-SUAS	R\$ 00,00
<b>BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA</b>	
COMPONENTE - EQUIPE VOLANTE	R\$ 4.500,00
COMPONENTE - PBF	R\$ 8.500,00
COMPONENTE - SCFV	R\$ 13.750,00
<b>BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE</b>	
PFMC - CREAS PAEFI	R\$ 6.500,00
AÇÕES ESTRATÉGICAS DO PETI	R\$ 4.200,00

## 12. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

É realizado por meio do Conselho de Assistência Social - CMAS.

## 13. BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Lei n. 8.742 de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social. Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS. 4. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social. Brasília: MDS, 2008.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Brasília: MTE, 2007. Disponível em: <[http://www.caged.gov.br/aviso\\_cnae.html](http://www.caged.gov.br/aviso_cnae.html)>. Acesso em 24 nov. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/ Secretaria Nacional de Assistência Social. Resolução nº109 de 11 de novembro de 2009. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Disponível em: < [www.mds.gov.br/.../resolucao-cnas-no109-2009-tipificacao-nacional-de-servicos-socioassistenciais](http://www.mds.gov.br/.../resolucao-cnas-no109-2009-tipificacao-nacional-de-servicos-socioassistenciais) > Acesso em 23 nov. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Relatório Perfil Bolsa Família Municípios Brasileiros. Brasília: MDS, 2008. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em 23 nov. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

COSTA, Najara Mayla do Socorro Veiga. Assentamentos precários no município de Oeiras do Pará: infraestrutura física e condições de vida, UFPA – 2013. TCC

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico de 2000: tabulações avançadas. Brasília: IBGE, 2001. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 25 nov. 2010.

INSTITUTO SANGARI/ MINISTÉRIOS DA JUSTIÇA E DA SAÚDE. Mapa da violência dos municípios brasileiros. Brasília: OEI, 2008.